

Acordo prevê que Congresso terá de aprovar concessões de TV e rádio

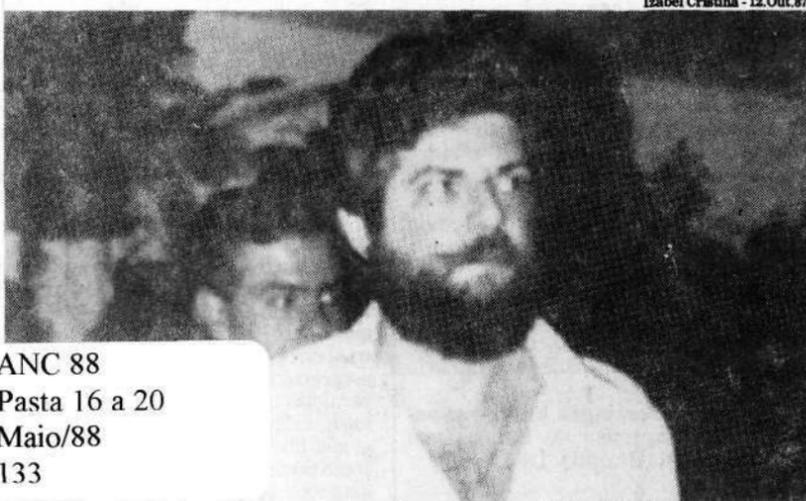
Da Sucursal de Brasília

A concessão de canais de rádio e TV, assim como sua renovação ou cancelamento, feita hoje exclusivamente pelo Poder Executivo, passará pelo crivo da maioria do Congresso Nacional a partir da nova Constituição. Esta proposta faz parte de um acordo para a votação do capítulo "Da Comunicação", que seria fechado em sua totalidade na noite de ontem. Até o final da tarde, não estava definido o quórum de parlamentares necessário para aprovar as renovações e cancelamentos de concessões.



Não havia nenhuma divergência sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicação como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Mas ainda faltava definir os critérios de composição do Conselho. Pelo texto aprovado pela Comissão de Sistematização, a participação seria paritária a partir de representantes indicados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo.

A principal divergência era quanto ao quórum necessário para a renovação ou cancelamento das concessões. Tanto o texto da Comissão de



ANC 88
Pasta 16 a 20
Maio/88
133

O deputado constituinte Antônio Britto (PMDB-RS)

Sistematização quanto o do Centrão prevêem o voto da maioria absoluta do Congresso (metade mais um de seus membros). "Isso é essencial para nós", disse o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

A divisão, porém, não era entre os dois grupos. O deputado Antonio Britto (PMDB-RS), que negocia em nome da liderança de seu partido, concordava com Magalhães, enquanto o deputado Bonifácio de

Andrada (PDS-MG), um dos principais negociadores do Centrão, aceitava o voto da maioria simples (a partir do quórum mínimo para votação, metade dos parlamentares, exige-se metade mais um dos votos).

"O importante é esta revolução no processo de concessão", disse Britto. A partir de uma primeira reunião na manhã de ontem, 80% do texto "Da Comunicação", que integra o Título "Da Ordem Social", foram costurados pelos dois grupos sem ameaça de excluir a participação do

Congresso Nacional na avaliação das concessões de rádio e TV.

O texto do acordo previa também o direito de ampla liberdade aos meios de comunicação. A partir de uma fusão de uma emenda do senador Pompeu de Souza (PSB-DF) e de Britto, estabeleceu-se que o Poder Público não poderá restringir, a qualquer título, o direito de manifestação do pensamento, da criação e expressão pela arte, sob qualquer forma, processo ou veiculação.

"Vamos assegurar a mais ampla liberdade de expressão e a mais ampla vedação de censura que o país já teve", afirmou Britto. Este princípio fica assegurado por um artigo que prevê: "Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social" e de outro que proíbe "toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística".

Pelo texto, a legislação criará instrumentos para defender a pessoa de propaganda comercial de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. Apesar de defendida por alguns parlamentares, caiu a proibição de propaganda sobre fumo, medicamentos, bebidas alcólicas, agrotóxicos e tratamentos de saúde.

Empresariado unifica lobby para 2º turno

Da Sucursal de Brasília

Um superlobby começou a ser montado ontem para influenciar as votações em segundo turno do Congresso constituinte, com o objetivo de convencer os parlamentares a suprimir artigos que contrariam os interesses dos empresários. Reuniões no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representantes de mais de 30 entidades patronais da cidade e do campo decidiram unir seus esforços na última fase da Constituinte, atuando através de um lobby único, anunciado pelo presidente da Comissão de Assuntos Legislativos (CAL) da CNI, Ruy Altenfelder.

"Estamos tomando uma posição de unidades empresarial e vamos evitar o lobby individual no segundo turno", disse Altenfelder. "O primeiro turno nos ensinou que a dispersão amplia o risco da derrota e não vamos repetir esse erro." Ele anunciou os primeiros alvos dessa ação unitária: a supressão dos artigos que permitem a redução da jornada de trabalho nas empresas que funcionam 24 horas por dia, o direito irrestrito de greve, a imprescritibilidade das ações trabalhistas do empregado rural, a licença-paternidade e o tabelamento dos juros.

A reunião coordenada por Alten-



Reunião da CNI para discutir a supressão de pontos no 2º turno da votação

felder teve a participação de presidentes e assessores técnicos de federações estaduais de indústria, da Confederação Nacional da Agricultura, da Federação Nacional dos Bancos, da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Confederação Nacional do Comércio, entre outros. Eles se comprometeram, segundo Altenfelder, a defender a plataforma única que está sendo elaborada junto aos constituintes e governadores.

Segundo Altenfelder, os membros

deste superlobby empresarial vão selecionar, nos próximos dias, outros pontos que querem ver suprimidos do texto constitucional. Todas as sugestões serão analisadas em novo encontro, marcado para o dia 2 de junho, também na sede da CNI. Na reunião de ontem, eles se detiveram exclusivamente no capítulo dos Direitos Sociais, retirando uma lista de pontos comuns. O capítulo da Ordem Econômica deve ser lido "com muita atenção porque resultou de votações bastante emocionais", disse Altenfelder.

Apesar dessa decisão, alguns setores já levantaram ontem mesmo pontos que desejam ver suprimidos, com o apoio dos demais membros do lobby. O presidente do Ibram, João Marinho Nunes, por exemplo, criticou a nacionalização do subsolo e a exclusividade dada ao Estado para a exploração de terras indígenas. Representantes dos proprietários de escolas e de hospitais manifestaram sua preocupação com o que consideram o excessivo papel do Estado nos dois setores.

Não houve dúvidas, no entanto, quanto à necessidade de suprimir o artigo que dá ao trabalhador o irrestrito direito de greve. "Da forma como foi redigida a Constituição, a greve não é um direito, é um poder nas mãos dos sindicatos", criticou Altenfelder. Ele considerou "absurda" a licença-paternidade e anunciou que o artigo que amplia a licença da gestante está sendo alvo de estudos.

A imprescritibilidade dos direitos do trabalhador urbano entra na lista dos artigos a suprimir, segundo Altenfelder, porque é necessário dar os mesmos direitos ao trabalhador da cidade e do campo. O presidente da comissão de assuntos legislativos da CNI criticou também o tabelamento em 12% ao ano dos juros reais para operações financeiras.

Borges diz que haverá quebra no setor de sangue

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, disse ontem que se a iniciativa privada na área de sangue e hemoderivados tiver de paralisar suas atividades haverá um "crack" no setor, pois o governo federal precisará de no mínimo cinco anos para assumir as funções de distribuidor e receptor de sangue. O ministro fez esta declaração ao se referir ao texto aprovado anteontem no Congresso constituinte, que proibiu a comercialização de sangue e hemoderivados no país.

Borges da Silveira classificou a decisão dos constituintes de "intempestiva" e afirmou que só há duas saídas para a resolução do problema: a definição de um prazo para o governo organizar um sistema de coleta e distribuição no capítulo das "Disposições Transitórias" da nova Constituição, ou a retirada do artigo que proibiu a comercialização do sangue no segundo turno de votações no plenário do Congresso constituinte.

"Enquanto estamos organizando um grande debate para aprovar uma lei sobre o controle de sangue, a Constituinte fez justamente o contrário: tomou a decisão sem qualquer debate prévio", afirmou o ministro. Borges da Silveira disse ainda que o governo possui hoje 20 hemocentros que atendem aproximadamente 20% da demanda de sangue do país.